

PORTARIA Nº 45/2023

Dispõe sobre Nomeação da Comissão Permanente de Licitação (CPL) da comissão permanente de compras (CPC) e da equipe de pregão e do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá – CPSMQ e dá outras providencias.

O Secretário Executivo do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá, Sr. Elistênio da Nóbrega Lima, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto do Consórcio Público da Microrregião de Quixadá, considerando o disposto no §4º, do Art. 51, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Resolve nomear como membros que integrarão a Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá – CPSMQ, com a competência de desempenhar as funções de Comissão processante de licitações nas modalidades definidas pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os seguintes membros, cabendo a Presidência ao primeiro, e na sua ausência ou impedimento ao subsequente, na ordem que se apresenta:

I - ROMULO NOGUEIRA CASTELO BRANCO - Presidente/Pregoeiro

II - ANTONIA IOLANDA LUIS DE OLIVEIRA - Membro/Secretário

III - ALLYSSON LOPES DA CUNHA – Membro

Documento assinado digitalmente
gov.br ELISTENIO DA NOBREGA LIMA
Data: 13/12/2023 10:28:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Art. 2º - As decisões da Comissão Permanente de Licitação, Comissão Permanente de Compras e Equipe de Pregão serão colegiadas, com quórum mínimo de três membros.

Art. 3º - A Comissão Permanente de Licitação será dotada de autonomia administrativa e atuará sem subordinação hierárquica no exercício de suas atividades-fim.

Art. 4º- São atribuições da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá – CPSMQ, mas não limitadas a:

a) Coordenar os processos de licitação;

b) Confeccionar minutas de editais e contratos, submetendo-as a apreciação e aprovação da Procuradoria Jurídica;

c) Definir e solicitar ao departamento competente as publicações necessárias na forma da Legislação Vigente;



- d) Esclarecer dúvidas sobre o edital;
- e) Abrir o envelope com a documentação de habilitação, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a habilitação ou inabilitação;
- f) Processar e julgar a fase de habilitação das propostas;
- g) Abrir o envelope com a proposta comercial, examinar os documentos, elaborar ata de reunião e emitir relatório de julgamento sobre a classificação e desclassificação;
- h) Habilitar, inabilitar, classificar ou desclassificar os participantes em desacordo com o edital;
- i) Julgar os recursos eventualmente interpostos em primeira instância;
- j) Requisitar parecer técnico e ou jurídico, quando julgar necessário;
- k) Adotar outras providências que se fizerem necessárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: As demais atribuições da Comissão Permanente de Licitação, da Comissão Permanente de Compras e Equipe de Pregão poderão ser delineadas através de Regimento.

Art. 5º - Exaurido o prazo recursal e julgados todos os recursos eventualmente interpostos, o resultado encontrado pela Comissão será levado à deliberação do Presidente do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá – CPSMQ ou ordenador de despesas para homologação e adjudicação, sem prejuízo das contingentes revogações ou anulações, quando necessários.

Art. 6º - Os membros da Comissão Permanente de Licitação, Comissão Permanente de Compras e Equipe de Pregão responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se a posição individual divergente estiver fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão de acordo com o parágrafo 3º, artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 7º - O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação, Comissão permanente de Compras e Equipe de Pregão aqui nomeados será até o período de 31 de dezembro de 2023, a contar da data da publicação desta Portaria.

Art. 8º - Os membros aqui nomeados deverão ter sua jornada na lotação de origem reduzida em, no mínimo, 02 (duas) horas diárias para que possam desempenhar as atividades da Comissão Permanente de Licitação, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 9º - Aos servidores nomeados por meio desta portaria, será concedido a título de gratificação o valor de R\$ 1.000 (Um Mil Reais) para o presidente da CPC, CPL e Pregoeiro(a) e R\$ 500 (quinhentos reais) aos demais membros do CPC, CPL e equipe de Pregão.



Art. 10º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se.
Cumpra-se.

Secretaria Executiva do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá-CPSMQ,
Estado do Ceará, 13 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ELISTENIO DA NOBREGA LIMA
Data: 13/12/2023 10:31:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elistênio da Nobrega Lima
Secretário Executivo CPSMQ